



FACULDADE DE FARMÁCIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Conselho de Escola

Quadriénio de 2014-2018

Ata Número 11

Aos catorze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Escola (CE), no Salão Nobre da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFULisboa), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura e votação da acta da reunião anterior;
2. Relatório de Atividades de 2017;
3. Plano de Atividades de 2018;
4. Outros assuntos a incluir na ordem de trabalhos.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Membros Externos: Dr. João Calos Lombo da Silva Cordeiro.

Docentes e investigadores: Doutores José António Frazão Moniz Pereira, Rui Ferreira Alves Moreira, Rui dos Santos Ivo, José Miguel Azevedo Pereira, Ana Paula Costa Santos Peralta Leandro, Rui Manuel Amaro Pinto e António José Leitão das Neves Almeida, que presidiu.

Não Docentes: Lic.^a Maria Isabel Marcelo Barbosa de Campos.

Faltaram justificadamente, o membro externo, Dra. Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, os membros docentes Doutoradas Maria do Rosário Beja Gonzaga Bronze e Helena Margarida Oliveira Marques Ribeiro e os alunos Inês Reis, Rita Maria Pítadas de Matos e Diogo Santos Capítulo.

1. Leitura e votação da ata da reunião anterior

A ata da reunião anterior depois de lida foi submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes.

2. Relatório de atividades de 2017 e 3. Plano de atividades de 2018.

Entrando nestes pontos da ordem de trabalhos o Prof. Doutor António Almeida deu a palavra à Senhora Diretora da Faculdade que fez a apresentação global dos temas agendados nos pontos 2 e 3, pelo que o Presidente propôs o tratamento conjunto destes dois pontos da ordem de trabalhos. Esta proposta mereceu a concordância dos presentes. Naquela apresentação, a Senhora Diretora passou em revista os mapas comparados (2017 *versus* 2016) referentes aos seguintes assuntos: número de alunos inscritos nos cursos conferentes de grau; número vagas

ocupadas no Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas (MICF); número de alunos graduados em cursos conferentes de grau; distribuição percentual dos doutoramentos por especialidades; números relativos às atividades de colaboração com outras escolas da ULisboa; números relativos à participação da Faculdade no ensino noutras instituições e à frequência de unidades curriculares (UC) isoladas. Também numa análise comparativa de 2017 face a 2016, mostrou: a evolução da equipa do iMED.Ulisboa; o número de alunos internacionais nos diferentes ciclos de estudo; a evolução dos recursos humanos da Faculdade, referindo a média de idades em 2017 (52 anos pessoal docente, 46 anos investigadores e 49 anos não docentes). Passou então a expor os números relativos à evolução da receita e da despesa em 2016 e 2017, assim como a previsão para 2018. Enunciou os problemas esperados em 2018, a saber: emprego científico de pós-doutorados e o respectivo impacto no orçamento; integração dos precários ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) e as dificuldades existentes na implementação dos eventuais concursos públicos que decorrerão da sua aplicação. Referiu ainda os grandes constrangimentos na implementação do Código dos Contratos Públicos (CCP) face às alterações da Lei impostas pelo artº. 128º, assim como pelos novos limites estabelecidos para o ajuste direto. Enumerou as seguintes dificuldades esperadas para 2018, designadamente no ensino com a adaptação dos novos planos curriculares dos mestrados. Aproveitou a ocasião para referir os resultados da recente avaliação dos cursos da FFULisboa, realizada pela A3ES: MICF, Mestrado em Química Medicinal e Biofarmacêutica, Mestrado em Análises Clínicas, Mestrado em Regulação do Medicamento e Produtos de Saúde AMPS e Doutoramento em Farmácia, todos acreditados por 6 anos. O Mestrado em Ciências Biofarmacêuticas aguarda decisão final da A3ES. Realçou a importância da implementação das recomendações da A3ES nos cursos avaliados e afirmou a sua intenção de promover a diversificação da oferta formativa na modalidade de *e-learning*, assim como dinamizar cursos de pós-graduação para responder às novas competências do farmacêutico. Neste capítulo mencionou a colaboração com a Ordem dos Farmacêuticos (OF) na criação de cursos de pós-graduados. Referiu a colaboração com o Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, nomeadamente na participação da FFULisboa na lecionação de UC naquele instituto. Reafirmou a intenção de continuar a fomentar a internacionalização com parcerias na I&D em Universidades de países lusófonos, Institutos, Hospitais, Empresas, associações

científicas e Universidades em geral, com Mestrados Europeus (SafeSciMet e Eudipharm), numa perspectiva de captação de alunos internacionais nos programas doutorais em que a FFULisboa lidera ou participa. Na investigação científica afirmou a necessidade de dinamizar a participação de docentes e investigadores em projetos internacionais, consolidar a participação dos alunos nos Programas de bolsas de doutoramento da ULisboa/FFULisboa, com vista a fortalecer a investigação desenvolvida. Pretende assim uma maior interação entre a Faculdade e a sociedade, designadamente com empresas do sector farmacêutico, envolvendo programas de doutoramento, bolsas de doutoramento, estágios extracurriculares na indústria e nos hospitais e nos laboratórios de Análises Clínicas. Esta colaboração deverá ainda passar por Serviços ao Exterior prestados aos hospitais, ao INFARMED, campanhas da educação e promoção da Saúde e também na integração em Comissões Técnicas e em serviços de consultoria.

Seguidamente foram colocadas diversas questões pelo Dr. João Cordeiro e os Professores António Almeida, José Miguel Pereira, Ana Paula Leandro, Rui Moreira, Rui Ivo, Rui Pinto e José Moniz-Pereira, muitas das quais relacionadas com problemas atualmente existentes na Faculdade, relativos às instalações, ao pessoal e à segurança que se seguidamente se resumem:

1) Ponto da situação da construção do novo edifício e problemas estruturais dos edifícios H e F. Relativamente ao novo edifício, a Senhora Diretora informou que a empresa que ficou em 2º lugar no concurso público para adjudicação da obra (Tecnorem S.A.), colocou uma ação judicial que corre presentemente no Tribunal Administrativo de Leiria, e estão a decorrer recursos da Universidade, embora o primeiro recurso não nos tenha sido favorável. Quanto ao edifício H estão a ser monitorizadas as fissuras do mesmo. Relativamente ao edifício F, foi feita uma intervenção de estabilização que melhorou o aspeto do edifício. No entanto a previsão para a validade da obra realizada é de cerca de 5 a 6 anos, o que poderá obrigar a novas intervenções.

2) Envelhecimento do corpo docente, e previsão para abertura de concursos para professores associados e catedráticos, dado que o número é muito baixo (8) e com tendência a diminuir. Relativamente a este assunto, a Diretora respondeu que só depois da regularização da eventual entrada dos pós-doutorados e dos precários será possível retomar a política de gestão de



recursos humanos, sempre no quadro de uma análise cuidada dos recursos financeiros disponíveis.

3) Questões ligadas à segurança, nomeadamente a emissão de sinais sonoros em situações de emergência. Relativamente à segurança a Diretora referiu que o processo é gradual, tem vindo a ser melhorado e iremos ver se é possível ter um aviso sonoro legal. Relativamente aos detetores de incêndio, serão definidas as áreas prioritárias e deverá iniciar-se decerto pela áreas ocupadas pelos laboratórios de química.

4) Previsão para entrada em vigor do novo plano curricular para o MICF. A Diretora informou que está prevista a entrada em vigor do novo plano curricular em 2019-2020.

5) Esclarecimento para o facto de uma Faculdade com sérias dificuldades ter saldos financeiros. A Diretora respondeu que deverá sempre ser respeitado o saldo do ano anterior, o qual é geralmente utilizado para pagamento dos encargos com a Caixa Geral de Aposentações. No entanto isto ocorre porque as transferências dos montantes devidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), relativos a projetos de investigação é sempre realizada nos últimos dias do ano, quando já não é possível efetuar processos de despesa.

Após esta discussão, procedeu-se à votação do Relatório de Atividades de 2017, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes.

Seguidamente foi submetido a votação o Plano de Atividades de 2018, tendo o mesmo sido aprovado também por unanimidade dos presentes.

4. Outros assuntos a incluir na ordem de trabalhos

Neste ponto e de acordo com o pedido da Dra. Isabel Campos foram incluídos dois assuntos, a saber:

O processo de avaliação SIADAP e os pontos no âmbito do artº. 18º da Lei do Orçamento de Estado de 2018.

Quanto a este ponto último ponto foi referido que o mapa dos pontos para comunicação aos trabalhadores não docentes está pronto e em fase de assinatura dos officios para comunicação das classificações. No entanto, o sistema informático ainda não está preparado para processar as valorizações de acordo com o faseamento previsto. Quanto ao SIADAP, verifica-se que o mesmo se encontra ligeiramente atrasado face aos prazos definidos na Lei, mas está em fase de conclusão.

Questões relacionadas com higiene e segurança

Foi referido o problema na ligação do sistema de AVAC ocorrido nos dias 28/29 de dezembro de 2017, que provocou a saída de resíduos e partículas acumulados nas tubagens da Biblioteca. Relativamente a esta questão a Diretora informou que a Biblioteca foi encerrada por uns dias devido a esse incidente e foram efetuadas análises microbiológicas e ao ar, tendo-se verificado que o teor de partículas eram relativamente baixos, pelo que os serviços voltaram a reabrir.

Não havendo informações e nem outros assuntos mais a tratar a reunião foi encerrada pelas 12h00, dela foi exarada a presente ata que será assinada pelo Presidente do Conselho de Escola.

O Presidente do Conselho de Escola,


(Doutor António José Leitão das Neves Almeida – Prof. Catedrático)

